

(ANC) p 2

# Plebiscito aconselhável

Regime de governo

3 SET 1967

## Rio de Janeiro

A investida presidencial, através de seu porta-voz, contra a realização de consulta plebiscitária sobre sistema de governo a adotar, acrescenta novos gravames ao comportamento geral de José Sarney Costa. Revela que o governo, enquanto se mostra a dia mais incapaz de administrar o país, concentra-se em manter os privilégios do bloco que o acaso encarrapitou no poder. Já acha pouco opinar sobre teses; quer interferir até na metodologia das decisões da Constituinte.

Se algum assunto preenche condições de ser submetido a consulta popular, e até exige, é o sistema constitucional, se parlamentarista, se presidencialista. Os deputados e senadores estão, como se sabe, muito divididos a respeito e, nesse quadro, a vitória de uma tendência, ou de outra, além dos resultados pouco firmes, estará sujeita a um jogo de pressões, do qual as amostras mais veementes foram as últimas declarações de Sarney e de seu ministro do Exército. As pesquisas de opinião pública, por outro lado, mostram que também o país está indeciso, no assunto, talvez por falta de informação. O tema é suscetível de equacionamento binário, solucionável pelo sim e pelo não, feito quase sob medida para consultas do gênero.

Quer se seja pelo Presidência-imperial,

Quer se prefira governos de gabinete, a transferência da decisão às dezenas de milhões de eleitores, legítimo poder soberania, merece apoio. Esse é o caminho democrático de resolver um assunto que, em benefício da estabilidade política, deve ficar defendido de solução por maiorias ocasionais.

A proposta plebiscitária que se espera vendossada por Moreira Franco, Alvaro Dias, Orestes Quércia e Miguel Arraes, na próxima sexta-feira, não só é justa e democrática, como deveria ter aplicação imediata, fazendo-se a consulta popular antes da redação do texto final da futura Carta. Realizar um plebiscito "a posteriori", como quer o Planalto, e englobando o julgamento de toda a Constituição, seria triplamente condenável. Primeiro, porque a complexidade de um longo texto não admite opções à base do aprovo ou rejeito; em segundo lugar, porque a aprovação plebiscitária implicaria em bloquear qualquer futura reforma constitucional; finalmente, porque a rejeição em bloco manteria em vigência o monstrego militaresco, editado em 1969.

Newton Rodrigues